



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 97, DE 2007

Acrescenta ao *caput* do artigo 93 da CF de 1988 o Conselho Nacional de Justiça como órgão competente da iniciativa de Lei Complementar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal ou do Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:" (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da Emenda Constitucional 45/2004, foi um reconhecido avanço no que concerne à eficiência da administração da justiça e à responsabilização de juízes por desvios de conduta no âmbito de seus deveres.

O Conselho informa, em seu sítio na internet que **"é um órgão integrante do Poder Judiciário, e controla a sua atuação administrativa e financeira, bem como o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Ou seja, é um órgão administrativo integrante da própria magistratura.**

Sua criação é recente, data de 31 de dezembro de 2004. E sua instalação ocorreu em 14 de junho de 2005. Presidido atualmente pela Ministra Ellen Gracie, indicada pelo Supremo Tribunal Federal, possui 15 conselheiros, aprovados pelo Senado e então nomeados pelo Presidente da República."(destacamos)[http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=215]

O Conselho Nacional de Justiça tem como atribuição, na forma do artigo 103 - B da Constituição Federal, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Compete-lhe receber e conhecer das reclamações e denúncias contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, magistrados e servidores judiciários.

O Ministro Cezar PELUSO, ao julgar a ADI nº 3367-DF, afirmou textualmente que *"são antigos os anseios da sociedade pela instituição de um órgão superior, capaz de formular diagnósticos, tecer críticas construtivas e elaborar programas que, no limite de suas responsabilidades constitucionais, dêem respostas dinâmicas e eficazes aos múltiplos problemas comuns em que se desdobra a crise do Poder."* Refletindo sobre a presença de não-magistrados no Conselho e a questão do corporativismo, tendo em vista a função fiscalizatória do Conselho, disse ainda o Ministro que *"pode ser que tal presença seja capaz de erradicar um dos mais evidentes males dos velhos organismos de controle, em qualquer país do mundo: o corporativismo, essa moléstia institucional que obscurece os procedimentos investigativos, debilita as medidas sancionatórias e desprestigia o Poder."*

Francisco de Lima discorre sobre a função fiscalizatória do CNJ dizendo que *"a sociedade estava a reclamar a presença do CNJ, para coibir os eventuais abusos de magistrados e em face da histórica leniência e do corporativismo dos órgãos disciplinadores do Judiciário. Até porque, a finalidade do conselho é fazer funcionar o Poder Judiciário, coibindo abusos, a preguiça, a complacência, a ineficiência pontuais, porventura verificados nos órgãos judicantes - os quais não poderão rebelar-se, ante a fraqueza de haver deposto de dever."* (Reforma do Poder Judiciário - comentários iniciais à EC 45/2004 São Paulo: Malheiros, 2005, 77).

Flávio DINO entende que no período de redemocratização houve movimento de proteção à magistratura como resposta histórica à tentativa de subordiná-la à vontade de governos autoritários. Com isso, criou-se um sistema

disciplinar fechado, isolado, corporativo. Extinto o Conselho Nacional da Magistratura os membros de Tribunais de 2º grau e superiores ficaram quase que imunes à responsabilidade disciplinar e passaram a deter o monopólio absoluto do poder sobre a primeira instância. Segundo o autor "*A soma destas características do sistema de responsabilização do disciplinar dos Magistrados implicou a consolidação da crença de que os maus juízes não são punidos pela sua própria corporação, com dois expressivos resultados: a crise de imagem da instituição e o crescimento de propostas de criação do 'controle externo do Judiciário.'* A conclusão que emerge deste quadro é que a instituição do Conselho Nacional de Justiça era imprescindível para o aprimoramento da responsabilidade disciplinar da Magistratura nacional, fazendo com que ela se torne mais viável em relação aos integrantes dos tribunais e mais efetiva no que se refere aos Juízes de 1ª instância." (A reforma do Poder Judiciário: comentários à emenda n. 45/2004. Niterói: Ed. Impetus, 2005, p. 103)

O CNJ passou por um período inicial em que foram levantadas algumas críticas contumazes ao seu formato e às atribuições que lhe foram conferidas. Passado o primeiro momento, entretanto, é convicção assente na sociedade brasileira, inclusive nos meios acadêmicos, que a atuação do Conselho representou avanço institucional do Poder Judiciário. Por conta do reconhecimento de que os trabalhos do CNJ são exitosos, há quem defenda a ampliação de suas atribuições. Assim entende Maurício Dantas Góes e GÓES: "*O modelo adotado pelo CNJ merece, ainda, críticas quanto aos restritos poderes correicionais que lhes (sic) foram concedidos, especialmente a impossibilitada decretação de perda de cargo, o impeachment do magistrado que seria por demais salutar.*"(in SILVA, Bruno FREIRE e (coord.) Reforma do Judiciário - análise interdisciplinar e estrutural do primeiro ano de vigência. Curitiba: Juruá, 2006, Pág. 422)

O CNJ já possui atribuições primárias de fiscalização, exercida com vistas a assegurar que os juízes cumpram seus deveres funcionais. É pertinente, portanto, a idéia de atribuir ao Conselho a possibilidade de iniciar o processo legislativo naquelas situações e aspectos em que entenda haver necessidade de aperfeiçoamento, alteração ou supressão de quaisquer normas relativas à organização da Magistratura. O CNJ tem, por exemplo, competência para determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de magistrado, bem como aplicar as demais sanções administrativas. André Ramos TAVARES diz que esta é uma hipótese de exercício de atribuição secundária instrumental. (Reforma do Judiciário no Brasil pós-88. São Paulo: Saraiva, 2005, pág. 179)

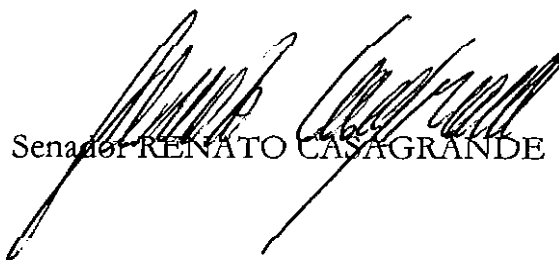
A competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para promover as alterações que se fazem necessárias na LOMAN acaba representando a imposição de um ônus excessivo para a Suprema Corte. Adequada é a ampliação desta atribuição para que possa também o CNJ assim agir. A crítica a normas anacrônicas da LOMAN vem sendo reiteradamente feita pela imprensa, pela academia e pelos próprios membros do Poder Judiciário. Exemplo eloqüente deste caso é a recente manifestação do Ministro Vantuil ABDALLA, do Conselho Nacional de Justiça, relator de vários processos contra juízes, defendeu uma punição mais severa para os culpados: "Se eles já têm tempo de serviço suficiente, aposentadoria integral. Ou então, a outra penalidade é a licença remunerada. Ou seja, não trabalha e recebe os vencimentos integrais. Então a sociedade não entende isso, e com toda razão!" (destaques nossos)
[<http://jornalhoje.globo.com/JHoje/0,19125,VJS0-3076-20070508-280130,00.html>]

Por todo o exposto reitera-se; é importante dar ao Conselho Nacional de Justiça a competência da iniciativa legislativa para promover as alterações que se façam necessárias na Lei de Organização da Magistratura, na medida em que há

afinidade temática de suas atribuições com a possibilidade de iniciar o processo legislativo. Além disso, tem-se verificado em sua atuação que o órgão é sensível à percepção geral das necessidades sociais de aperfeiçoamento e atualização das normas que regem a função judicante.

Assim, ante o elevado mérito da proposta aqui contida, peço o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.



Senador RENATO CASAGRANDE

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Título IV - Da Organização dos Poderes

Capítulo I - Do Poder Legislativo

Seção VIII - Do Processo Legislativo

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

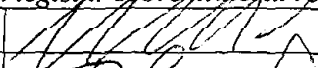
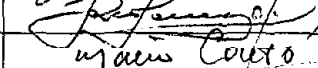
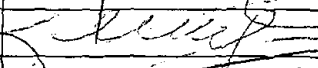
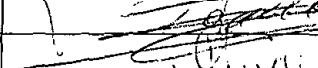
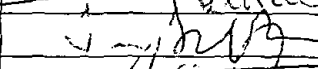
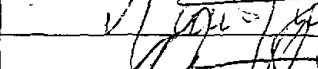
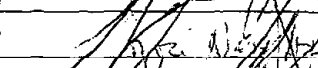
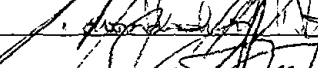
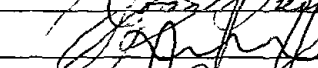

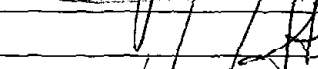
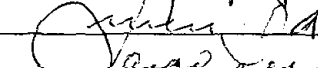
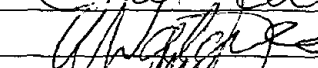
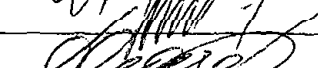
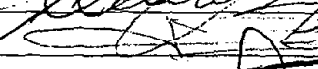

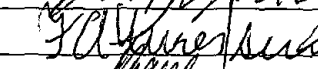


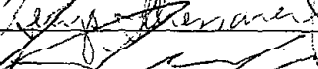








§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Capítulo III - Do Poder Judiciário

Seção I - Disposições Gerais

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

Art. 103 - B O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

PEC de autoria do Senador Renato Casagrande que "acrescenta ao caput do artigo 93 da CF de 1988 O Conselho Nacional de Justiça como órgão competente a legislar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura"		
1		Raimundo Colombo
2		Raimundo Colombo
3		Raimundo Colombo
4		Raimundo Colombo
5		Raimundo Colombo
6		Raimundo Colombo
7		Raimundo Colombo
8		Raimundo Colombo
9		Raimundo Colombo
10		Raimundo Colombo
11		Raimundo Colombo
12		Raimundo Colombo
13		Raimundo Colombo
14		Raimundo Colombo
15		Raimundo Colombo
16		Raimundo Colombo
17		Raimundo Colombo
18		Raimundo Colombo
19		Raimundo Colombo
20		Raimundo Colombo
21		Raimundo Colombo
22		Raimundo Colombo
23		Raimundo Colombo
24		Raimundo Colombo
25		Raimundo Colombo
26		Raimundo Colombo
27		Raimundo Colombo
28		Raimundo Colombo
29		Raimundo Colombo
30		Raimundo Colombo

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 27/11/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:17112/2007)